

# CENÁRIO NACIONAL E NOVAS OPORTUNIDADES DE MERCADO

**Alcido Elenor Wander**

Doutor em Ciências Agrárias (Concentração: Economia Agrícola)

Embrapa Arroz e Feijão

Santo Antônio de Goiás – GO

Email: [alcido.wander@embrapa.br](mailto:alcido.wander@embrapa.br)

**Palavras-chave:** perfil da produção; projeções; mercado

## Introdução

Nas estatísticas mundiais sobre a produção de feijão, o Brasil aparece em 3º lugar, atrás de Myanmar e Índia (FAO, 2017). Estas estatísticas costumam incluir diversas espécies, agrupadas como *dry beans*. Entre estas estão o feijão-comum (*Phaseolus vulgaris*), o feijão-caupi (*Vigna unguiculata*), o feijão-guandu (*Cajanus cajan*), o feijão-azuki (*Vigna angularis*), o feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis*), o feijão-mungo (*Vigna radiata*), dentre outras. Entre os maiores produtores mundiais, o Myanmar é quem mais tem apresentado crescimento de sua produção nos últimos 20 anos.

O percentual da produção que é exportada tem aumentado de 5% da década de 1960 para 21% em 2008-2009 (FAO, 2017). Portanto, o feijão que é uma cultura alimentar, tem experimentado um aumento gradativo ao comércio internacional em termos globais. O Brasil, no entanto, tem sido importador líquido ao longo do tempo, importando entre 100 e 300 mil toneladas/ano, principalmente grãos pretos da Argentina e China, além de grãos brancos da Argentina. As exportações brasileiras, ainda limitadas a menos de 50 mil toneladas/ano tem sido, principalmente, de feijão-caupi, destinado aos mercados da Índia, Egito e Paquistão (FAO, 2017; MDIC, 2017).

## Cenário nacional

Com um valor bruto da produção de R\$ 6 bilhões em 2015, o feijão ocupa a 7ª posição no *ranking* nacional das culturas temporárias, atrás de soja, cana-de-açúcar, milho, arroz, mandioca e algodão (IBGE, 2015).

A produção nacional de feijões (feijão-comum e feijão-caupi) em 2015 foi de 3,1 milhões de toneladas (IBGE, 2015). Em 2015, houve registro de produção em todas as regiões brasileiras. No entanto, o destaque é para a Região Sul, que respondeu por 31% da produção nacional, seguido da Região Sudeste (25%), Região Centro-Oeste (22%) e Nordeste (21%).

Os principais estados produtores de feijões são Paraná, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Ceará e Piauí. Na 1ª safra, os principais produtores são Paraná, Minas Gerais, Bahia, Goiás e São Paulo. Na 2ª safra, os principais produtores são Paraná, Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais. Já na 3ª safra, os principais produtores são Minas Gerais e Goiás.

Até 2011 o consumo nacional de feijões vinha aumentando, chegando a 3,7 milhões de toneladas naquele ano. A partir de 2012 observa-se uma ligeira queda do consumo nacional, tendo em vista diversos aspectos, dentre eles oscilações consideráveis nos preços do feijão no varejo, obrigando muitos consumidores a buscarem alternativas ao feijão, a preços menores. Estas mudanças também são visíveis no consumo aparente per capita, que vinha crescendo desde 1990 e chegou ao máximo de 17,07 kg/habitante/ano em 2012. A partir de 2013 percebeu-se uma ligeira queda, chegando a 15,15 kg/habitante/ano em 2016.

Silva e Wander (2013), analisando dados do Censo Agropecuário de 2006 (último censo

agropecuário disponível) revelam que havia no Brasil 731 mil estabelecimentos agropecuários que produziam feijão-comum. Destes, 93,36% cultivavam feijão-comum em áreas menores que 5 hectares. A predominância das pequenas áreas de cultivo ocorria em todas as cinco regiões brasileiras. Apenas na Região Centro-Oeste a participação das áreas pequenas era de 86%, enquanto que em todas as demais regiões era acima de 90%.

Outro aspecto interessante demonstrado por Silva e Wander (2013) era que 38% dos produtores cultivavam feijão em consórcio com outros cultivos, o que representava 20% da produção nacional em 2006. A colheita era realizada predominantemente de forma manual (94% dos estabelecimentos; 61% da produção). Aproximadamente 92% dos produtores utilizava apenas grãos-salvos para plantio (apenas 6,5% usavam sementes certificadas e respondiam por 27,4% da produção nacional). A irrigação era usada por apenas 3,2% dos produtores, cuja produção representava 19,5% da produção nacional. O uso de agrotóxicos só foi relatado por 20% dos produtores, que respondiam por 58% da produção nacional em 2006. De forma similar, também a adubação era utilizada por apenas uma pequena parte dos produtores.

## **Projeções**

Conforme as projeções disponíveis (FIESP, 2016; MAPA, 2016), em relação a 2015/16, é esperado que em 2026 a área plantada no Brasil creça 11,5%, a produção aumente 42% e a produtividade aumente 27,6%. Com isso, espera-se chegar em 2026 com 3,1 milhões de hectares plantados, produzindo 3,7 milhões de toneladas de grãos de feijões. A produtividade média deve chegar a 1,2 toneladas/ha.

O consumo doméstico projetado para 2026 é de 3,5 milhões de toneladas, pouco acima do que é atualmente. O consumo per capita deve chegar a 15,7 kg/habitante/ano. Assim, o aumento do consumo nacional é vegetativo, ou seja, devido ao aumento da população.

Segundo os dados das projeções da FIESP (FIESP, 2016), a partir de 2020 o Brasil deixará de ser importador líquido de feijões.

A participação das 3 safras em 2026 deverá ficar assim distribuído: 1ª safra com 37%, 2ª safra também com 37% e a 3ª safra com 26%. Estes dados demonstram uma ligeira migração de safras com maior risco climático e ou fitossanitário para a 3ª safra, que tem sua participação um pouco ampliada.

Segundo as projeções da FIESP (FIESP, 2016), em 2026 a Região Centro-Oeste será a principal produtora de feijões (30% da produção nacional), seguida da Região Sul (27%), Sudeste (22%), Nordeste (17%) e Norte (3%).

Estes números reforçam a ideia de migração da produção de feijão para grandes áreas, principalmente, na Região Centro-Oeste, o que deverá transformar a produção nas áreas tradicionais (áreas menores do Sul e Sudeste).

## **Considerações finais**

O feijão é e continuará sendo um alimento fundamental para o país, e tem potencial para exportação, se o Brasil adequar sua produção às demandas dos mercados importadores.

A cadeia produtiva nacional passa por um processo de profissionalização e formalização. Os agentes que não se adaptarem à nova realidade, provavelmente, sairão do mercado.

Neste contexto, cabe ao Estado (agentes públicos) prover bens públicos para a cadeia (levantamentos de safra, pesquisa agropecuária, preços, legislação etc.) de forma a potencializar o sucesso desta cadeia produtiva.

## **Referências**

FAO. **Base de dados Faostat**. Disponível em: <<http://faostat.fao.org>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

FIESP. **Outlook Fiesp 2026**. Projeções para o agronegócio brasileiro. São Paulo: FIESP, 2016. 92p.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal – PAM**. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MAPA. **Projeções do agronegócio: Brasil 2015/16 a 2025/26 – Projeções de longo prazo**. Brasília, MAPA, 2016. 138p.

MDIC. **Base de dados Alice Web**. Disponível em: <<http://aliceweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

SILVA, O.F. da; WANDER, A.E. **O Feijão-Comum no Brasil: Passado, Presente e Futuro**. Santo Antônio de Goiás - GO: Embrapa Arroz e Feijão, 2013. 63p. (Documentos / Embrapa Arroz e Feijão, 287).